



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE PLANALTINA - FUP
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO AGRONEGOCIO

FABIANE DA SILVA MONTEIRO OLIVEIRA

**O USO DO SELO SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) PARA PRODUTOS
DE ORIGEM ANIMAL EM PLANALTINA-GO: UMA PERCEPÇÃO DOS
PRODUTORES DA REGIÃO**

Brasília DF,
2024

FABIANE DA SILVA MONTEIRO OLIVEIRA

**O USO DO SELO SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) PARA PRODUTOS
DE ORIGEM ANIMAL EM PLANALTINA-GO: UMA PERCEPÇÃO DOS
PRODUTORES DA REGIÃO**

Relatório de Estágio Obrigatório Supervisionado de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão do Agronegócio, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.
Orientador: Prof. William Santana

Brasília DF,
2024

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança ao longo desta jornada. Sem Sua graça e bênçãos, nada disso seria possível.

Gostaria de expressar minha profunda gratidão ao meu esposo, Felisberto Bernardo Barbosa, pelo seu amor, paciência e apoio incondicional. Sem você, este sonho não teria se tornado realidade.

Aos meus filhos, Ana Gabrielly Barbosa Da Silva e Matheus Barbosa Da Silva, que são minha fonte de inspiração e alegria diária. Vocês me motivam a ser uma pessoa melhor e a nunca desistir dos meus objetivos.

Às minhas irmãs, Hellen Francisca Da Silva Xavier e Elaine da Silva Monteiro Oliveira, e aos meus cunhados, Natanailton Ferreira Xavier e Claudio Carvalho.

Agradeço também à minha família e amigos, que sempre estiveram ao meu lado, oferecendo palavras de encorajamento e apoio nos momentos mais desafiadores.

Um agradecimento especial ao meu colega Antonio Regis Junielson, cuja ajuda e parceria foram fundamentais durante toda a minha caminhada universitária. Sua amizade e colaboração foram inestimáveis.

Por fim, gostaria de expressar minha sincera gratidão ao meu professor orientador, William Santana, por sua orientação e dedicação.

A todos vocês, meu mais profundo agradecimento.

Brasília DF,
2024

RESUMO

A agropecuária é uma atividade essencial para a economia e o desenvolvimento regional de Planaltina-GO, especialmente no que diz respeito ao abastecimento alimentar e à geração de emprego e renda nas áreas rurais. Contudo, a garantia da qualidade e segurança dos produtos de origem animal é uma preocupação constante para produtores e consumidores. Nesse contexto, o Selo de Serviço de Inspeção Municipal (SIM) se apresenta como uma ferramenta crucial para assegurar que os produtos atendam aos padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos reguladores. Em Planaltina-GO, a adoção e implementação do SIM pelos produtores rurais são de grande importância para o desenvolvimento sustentável da agropecuária local. Este trabalho tem como objetivo investigar a percepção dos produtores rurais de Planaltina-GO em relação ao uso do Selo SIM, analisando os benefícios percebidos, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para fornecer insights que possam contribuir para uma melhor compreensão do papel do SIM na produção agropecuária e no aprimoramento das políticas públicas e práticas agrícolas.

Palavras-chave: agropecuária, inspeção sanitária, Planaltina-GO, Selo SIM, produtos de origem animal.

Abstract

Agriculture plays a fundamental role in the economy and regional development of Planaltina-GO, particularly in terms of food supply and employment and income generation in rural communities. However, ensuring the quality and safety of animal products is a constant concern for both producers and consumers. In this context, the Municipal Inspection Service (SIM) Seal emerges as an essential tool to ensure that products meet the quality and safety standards set by regulatory agencies. In Planaltina-GO, the adoption and implementation of the SIM by rural producers are of great importance for the sustainable development of local agriculture. This study aims to investigate the perception of rural producers in Planaltina-GO regarding the use of the SIM Seal, analyzing perceived benefits, challenges faced, and future perspectives. The research adopts a qualitative approach to provide insights that can contribute to a better understanding of the role of the SIM in agricultural production and the improvement of public policies and agricultural practices.

Keywords: agriculture, sanitary inspection, Planaltina-GO, SIM Seal, animal products.

LISTA DE SIGLAS

SIM - Serviço de Inspeção Municipal

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

VISA - Vigilância Sanitária

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SIF - Serviço de Inspeção Federal

SIE - Serviço de Inspeção Estadual

SUASA - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

SISBI-POA - Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

SUMARIO

1. INTRODUÇÃO-----	Pag.8
1.1 Objetivo Geral-----	Pag.9
1.2 Objetivos Específicos-----	Pag.9

2.	REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM DIFERENTES ESFERAS GOVERNAMENTAIS-----	Pag.10
2.1	Serviço de Inspeção Federal (SIF)-----	Pag.10
2.3	Serviço de Inspeção Municipal (SIM)-----	Pag.11
3.	PLANALTINA DE GOIÁS.....	Pag.13
3.1	Demografia-----	Pag.13
3.2	Economia-----	Pag.13
3.3	Desenvolvimento e Infraestrutura-----	Pag.13
3.4	Índices de Desenvolvimento-----	Pag.14
3.5	Perspectivas Futuras-----	Pag.14
4.	SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM PLANALTINA-GO-----	Pag.14
5.	PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES DA REGIÃO DE PLANALTINA DE GOIÁS: USO DO SELO SIM PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.....	Pag.15
5.1	Entrevistas com Produtores Rurais sobre a Adesão ao Selo SIM-----	Pag.16
5.2	Análise das Entrevistas sobre a Adesão ao Selo SIM em Planaltina de Goiás-----	Pag.17
5.3	Perfil dos Entrevistados: Faixa Etária-----	Pag.17
5.4	Principais Resultados-----	Pag.18
5.5	Sugestões dos Produtores-----	Pag.17
6.	Conclusão-----	Pag.18
7.	Recomendações Finais:-----	Pag.19
8.	Metodologia-----	Pag.20
9.	Considerações Finais.....	Pag.21

1. INTRODUÇÃO

A agropecuária desempenha um papel fundamental na economia e no desenvolvimento regional de Planaltina-GO, contribuindo para o abastecimento alimentar local e regional, além de gerar empregos e renda para comunidades rurais. No entanto, a garantia de qualidade e

segurança dos produtos de origem animal é uma preocupação constante tanto para os produtores como para os consumidores.

Nesse contexto, o Selo de Serviço de Inspeção Municipal (SIM) surge como uma ferramenta essencial para garantir a conformidade dos produtos de origem animal com os padrões de qualidade e segurança estabelecidos pelos órgãos reguladores. O SIM é um instrumento de controle sanitário e de qualidade que atesta a adequação dos estabelecimentos agroindustriais e dos produtos que comercializam, conferindo confiança aos consumidores e facilitando o acesso a novos mercados.

No cenário específico de Planaltina-GO, a implementação e adoção do SIM pelos produtores rurais é um aspecto de grande relevância para o desenvolvimento sustentável da produção agropecuária local. Compreender a percepção dos produtores sobre o uso do SIM, seus benefícios percebidos e desafios enfrentados, é fundamental para promover uma maior adesão a essa certificação e para potencializar seus impactos positivos na qualidade dos produtos, na segurança alimentar e na economia regional.

Portanto, este trabalho propõe-se a investigar a percepção dos produtores rurais de Planaltina-GO em relação ao uso do Selo SIM para produtos de origem animal, explorando os benefícios percebidos, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras para a implementação e efetividade dessa certificação na região. Por meio de uma abordagem qualitativa, buscamos fornecer insights valiosos para promover uma melhor compreensão do papel do SIM na produção agropecuária local e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas e práticas agrícolas externas à qualidade e segurança dos alimentos.

2. OBJETIVOS

1.1. **Objetivo Geral:** Investigar a percepção dos produtores da região de Planaltina-GO em relação ao uso do Selo SIM (Serviço de Inspeção Municipal) para produtos de origem animal, buscando compreender os benefícios percebidos, os desafios enfrentados e as perspectivas futuras para a implementação e efetividade dessa certificação na região.

1.2. **Objetivos Específicos:**

- Identificar os principais motivos que levaram os produtores rurais de Planaltina-GO a adotarem o Selo SIM para seus produtos de origem animal.
- Avaliar a percepção dos produtores em relação à importância do Selo SIM para a garantia da qualidade e segurança dos produtos de origem animal na região.
- Investigar os principais desafios enfrentados pelos produtores no processo de adequação às exigências necessárias para obtenção do Selo SIM.
- Analisar o impacto do uso do Selo SIM na competitividade dos produtos de origem animal produzidos em Planaltina-GO, especialmente no acesso a novos mercados.
- Explorar as perspectivas dos produtores em relação ao futuro do Selo SIM na região, incluindo possíveis melhorias no processo de certificação e benefícios adicionais que poderiam ser oferecidos.

3. REGULAMENTO DA INSPEÇÃO SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM DIFERENTES ESFERAS GOVERNAMENTAIS"

As regulamentações sanitárias surgem da preocupação do Estado com a saúde pública, que é considerada um direito fundamental e um dever estatal, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. A saúde pública é reconhecida como um direito social no artigo 6º e como um direito garantido de forma universal e igualitária no artigo 196. Esses artigos estabelecem que a saúde deve ser promovida por meio de políticas sociais e econômicas que visem reduzir os riscos de doenças e garantir o acesso igualitário aos serviços de saúde (BRASIL, 1988).

Para regulamentar e garantir a vigilância sanitária, foi instituída a Lei Federal nº 9.782/1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (BRASIL, 1999b). Além disso, a Lei 8.080 de 1990 estabelece as diretrizes para a vigilância sanitária no Brasil, abrangendo desde o controle de bens de consumo relacionados à saúde até a fiscalização dos serviços prestados (BRASIL, 1990).

No entanto, a Vigilância Sanitária (VISA), embora seja um órgão importante para a prevenção e fiscalização da saúde pública, não é responsável pela fiscalização direta da produção de alimentos de origem animal. Essa responsabilidade é delegada aos órgãos específicos de inspeção sanitária.

Em relação aos produtos de origem animal, a União, preocupada com a regulamentação desse setor, instituiu a Lei 7.889/1989, que altera a Lei 1.283/1950 e dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial desses produtos. Essa lei delega às Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos municípios a responsabilidade pela inspeção dos estabelecimentos que comercializam seus produtos apenas dentro do território municipal, por meio do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) (BRASIL, 1989).

A Lei nº 7.889/1989 estabelece que a inspeção sanitária e industrial prévia dos produtos de origem animal é da competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Essas instâncias têm a responsabilidade de fiscalização dos produtos de origem animal, conforme a área geográfica em que os produtos são comercializados, seja ela municipal, estadual ou nacional (BRASIL, 1989).

Os serviços de inspeção são organizados em três níveis: o Serviço de Inspeção Federal (SIF), o Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Cada um desses serviços desempenha um papel específico e tem uma jurisdição definida, conforme estabelecido pela legislação vigente em **Serviço de Inspeção Federal (SIF)**.

O SIF é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos que produzem e comercializam produtos de origem animal em nível interestadual e internacional. Esses produtos, por sua vez, devem atender aos rigorosos padrões estabelecidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que supervisiona as atividades de inspeção e assegura a qualidade e segurança dos alimentos exportados e distribuídos em todo o território nacional (BRASIL, 1989).

O SIE, por sua vez, abrange os produtos de origem animal que são comercializados entre municípios dentro de um mesmo estado. Este serviço está vinculado às Secretarias de Agricultura dos estados, que são responsáveis por assegurar que os produtos atendam às normas

sanitárias estaduais. A fiscalização realizada pelo SIE garante que os produtos sejam seguros para consumo dentro dos limites estaduais (BRASIL, 1989).

Por fim, o SIM é dedicado à fiscalização dos produtos de origem animal comercializados exclusivamente dentro do município onde são produzidos. Esse serviço é vinculado às Secretarias ou Departamentos de Agricultura municipais. O SIM desempenha um papel vital no apoio aos pequenos produtores, muitas vezes associados à agricultura familiar, permitindo que seus produtos sejam vendidos legalmente no mercado local e assegurando que eles cumpram os requisitos sanitários necessários (BRASIL, 1989).

A organização desses serviços é complementada pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), que, em conjunto com o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA), padroniza os procedimentos de inspeção em todo o país. O SUASA permite que produtos fiscalizados por serviços estaduais ou municipais possam ser comercializados nacionalmente, desde que atendam aos padrões federais, ampliando as oportunidades de mercado para os produtores locais (BRASIL, 1998).

Esses três serviços de inspeção – SIF, SIE, e SIM – são fundamentais para garantir que os produtos de origem animal que chegam à mesa dos brasileiros sejam seguros, independentemente da escala de produção ou do mercado onde são comercializados.

Com a implementação dessas regulamentações, os estabelecimentos registrados no SIM, por exemplo, são impedidos de comercializar seus produtos fora do município. Essa estrutura de fiscalização segue as legislações específicas de cada nível de inspeção, garantindo que os produtos de origem animal cumpram os requisitos sanitários necessários para sua comercialização.

Em âmbito federal, os produtores que desejam comercializar seus produtos em todo o país ou exportar, devem seguir as regras estabelecidas pela legislação vigente. Em nível estadual, por exemplo, o Estado de Santa Catarina criou o Sistema Estadual de Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal pela Lei nº. 8.534/92, regulamentando a comercialização desses produtos dentro do estado (SANTA CATARINA, 1992).

No nível municipal, os pequenos produtores, muitas vezes provenientes da agricultura familiar, têm a oportunidade de comercializar seus produtos apenas dentro do município, como acontece em Tubarão/SC, com a Lei nº. 5.703/2022, que institui o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) (TUBARÃO, 2022a).

Além disso, foi criado o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA) pela Lei 8.171/1991, atualizada pela Lei 9.712/1998, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). Esse sistema permite que os estabelecimentos registrados nos serviços estaduais ou municipais possam comercializar seus

produtos em todo o território brasileiro, padronizando os procedimentos de inspeção e fiscalização (BRASIL, 1998).

O SUASA, alinhado ao SUS no que tange à saúde pública, foi regulamentado pelo Decreto nº 5.741/2006, e prevê a promoção da saúde por meio da organização das ações de Defesa Agropecuária. O sistema abrange desde a produção primária até a comercialização final dos produtos, assegurando que todas as etapas sigam os padrões sanitários exigidos.

O Decreto nº 9.013/2017 define que as atividades de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal são de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Este órgão é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos que realizam comércio interestadual ou internacional (BRASIL, 2017).

O SISBI-POA, parte do SUASA, oferece aos produtores a oportunidade de expandir sua comercialização, permitindo que produtos inspecionados nos níveis estadual ou municipal possam ser vendidos em todo o Brasil. Dessa forma, o SIM e o SIE, ao aderirem ao SISBI-POA, passam a ter seus produtos reconhecidos nacionalmente, ampliando o mercado para os produtores locais.

3. PLANALTINA DE GOIÁS

Planaltina de Goiás, situada na região do Entorno do Distrito Federal, possui uma história rica e complexa. A cidade foi originalmente fundada em 1790 sob o nome de Mestre d'Armas, sendo um dos povoados mais antigos do Planalto Central. A região foi inicialmente povoada por bandeirantes em busca de ouro e, ao longo dos séculos, transformou-se em um importante núcleo de abastecimento para as caravanas que transitavam entre o centro do Brasil e as regiões sul e sudeste. Em 1965, com a criação do Distrito Federal, a localidade foi incorporada ao estado de Goiás e renomeada Planaltina de Goiás, distinguindo-se da Planaltina-DF.

3.1 Demografia

A população de Planaltina de Goiás tem crescido de maneira significativa nas últimas décadas, especialmente devido à sua proximidade com Brasília. Em 2021, a população estimada do município era de aproximadamente 105 mil habitantes. A cidade tem uma população

majoritariamente jovem, com uma faixa etária predominante entre 15 e 39 anos, refletindo tanto o êxodo rural quanto a busca por oportunidades econômicas nas áreas urbanas.

3.2 Economia

A economia de Planaltina de Goiás é diversificada, com destaque para os setores agropecuário, comercial e de serviços. A cidade tem uma forte base agrícola, com atividades predominantemente voltadas para a produção de grãos, como soja e milho, além da pecuária de corte e leiteira. A proximidade com Brasília também impulsiona o comércio e os serviços, uma vez que muitos residentes trabalham na capital federal e consomem localmente.

Nos últimos anos, o setor de construção civil também tem crescido, impulsionado pela demanda por habitação devido ao aumento populacional. O comércio local é dinâmico, com uma rede de pequenos e médios estabelecimentos que atendem tanto às necessidades dos moradores quanto aos visitantes da região.

3.3 Desenvolvimento e Infraestrutura

O desenvolvimento de Planaltina de Goiás é marcado pela sua rápida urbanização e pelos desafios de infraestrutura que acompanham o crescimento populacional. A cidade enfrenta questões como a necessidade de ampliação dos serviços de saúde, educação e saneamento básico. A administração local tem buscado parcerias e investimentos para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, incluindo projetos de habitação popular e pavimentação de vias públicas.

3.4 Índices de Desenvolvimento

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Planaltina de Goiás, que é um indicador composto de longevidade, educação e renda, ainda apresenta desafios, refletindo as disparidades sociais e econômicas da região. Embora o IDH do município seja considerado médio, a cidade tem investido em políticas públicas para melhorar o acesso à educação e saúde, além de promover o desenvolvimento econômico sustentável.

A cidade também enfrenta desafios em termos de segurança pública, sendo impactada por problemas típicos de áreas urbanas em crescimento acelerado, como violência e tráfico de drogas. Esses fatores afetam a percepção de qualidade de vida da população e são foco de políticas públicas e intervenções comunitárias.

3.5 Perspectivas Futuras

Planaltina de Goiás tem um potencial significativo para o crescimento econômico e social, especialmente com o desenvolvimento de infraestrutura e a melhoria dos serviços públicos. A localização estratégica próxima a Brasília continua sendo um fator chave para o seu desenvolvimento, com expectativas de que o município atraia novos investimentos e melhore seus índices de desenvolvimento humano nos próximos anos.

4. SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL EM PLANALTINA-GO

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é uma ferramenta crucial para garantir a qualidade e segurança dos produtos de origem animal comercializados dentro do território municipal. Em Planaltina de Goiás, assim como em outros municípios, o SIM é regulamentado por leis municipais que se alinham com as diretrizes nacionais de inspeção sanitária, como as previstas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

O SIM permite que pequenos e médios produtores rurais possam comercializar seus produtos dentro do município com a garantia de que eles atendem aos padrões mínimos de qualidade e segurança alimentar. Esse selo é especialmente importante para a valorização dos produtos locais, fortalecendo a economia regional ao incentivar a agricultura familiar e os pequenos empreendedores.

A adesão ao SIM em Planaltina de Goiás envolve um processo de cadastramento e inspeção contínua por parte dos órgãos municipais responsáveis. Os produtos inspecionados incluem carne, leite e seus derivados, ovos, mel, entre outros. A inspeção abrange todas as etapas da cadeia produtiva, desde a produção e manipulação até o armazenamento e transporte, garantindo que os produtos cheguem ao consumidor final em perfeitas condições.

Para um açougue obter a licença do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), é necessário cumprir uma série de requisitos que garantem a qualidade e a segurança dos produtos de origem animal. Aqui estão alguns dos principais requisitos:

Instalações Adequadas: O estabelecimento deve ter instalações apropriadas para a manipulação de carnes, incluindo áreas de armazenamento refrigerado, áreas de manipulação e processamento, e locais para higienização de utensílios e equipamentos (Aliar, 2020)

Higiene e Limpeza: É essencial manter altos padrões de higiene e limpeza em todas as áreas do açougue. Isso inclui a higienização regular de superfícies, equipamentos e utensílios, além de práticas adequadas de higiene pessoal dos funcionários

Controle de Temperatura: As carnes devem ser armazenadas em temperaturas adequadas para evitar a proliferação de microrganismos. Por exemplo, a temperatura máxima para armazenamento de carnes é de +4°C.

Documentação e Registros: O açougue deve manter registros detalhados de todos os produtos recebidos e processados, incluindo informações sobre fornecedores e datas de recebimento.

Treinamento de Funcionários: Os funcionários devem ser treinados em boas práticas de manipulação de alimentos e segurança alimentar para garantir que todos os procedimentos sejam seguidos corretamente (Soares et.al, 2006, p. 28)

Controle de Pragas: Implementar um programa de controle de pragas para evitar a contaminação dos produtos. (<https://iunique.com.br/quem-e-mei-precisa-de-licenca-da-vigilancia-sanitaria>)

Licenças e Autorizações: Além da licença do SIM, pode ser necessário obter outras licenças e autorizações, como a licença da Vigilância Sanitária.

A presença do SIM também ajuda a combater o comércio de produtos clandestinos, que muitas vezes não seguem os padrões sanitários adequados, representando riscos à saúde pública. Com o selo, os consumidores de Planaltina de Goiás têm maior segurança e confiança nos produtos que adquirem, o que também fortalece a economia local ao promover a preferência pelos produtos inspecionados e certificados.

Além disso, a utilização do SIM pode abrir portas para os produtores locais participarem de mercados institucionais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que exigem a comprovação da segurança e qualidade dos produtos.

5 PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES DA REGIÃO DE PLANALTINA DE GOIÁS: USO DO SELO SIM (SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL) PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

5.1 Entrevistas com Produtores Rurais sobre a Adesão ao Selo SIM

- a. Para compreender melhor os desafios e as motivações dos produtores rurais de Planaltina de Goiás em relação à adesão ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM), foram realizadas entrevistas com 15 produtores de diferentes faixas etárias. As entrevistas tinham como objetivo identificar as principais barreiras à adoção do Selo SIM, as necessidades desses produtores e sugestões para melhorar a adesão.

As entrevistas foram compostas de perguntas abertas, permitindo que os participantes expressassem suas opiniões livremente. Foram abordados temas como o conhecimento sobre o Selo SIM, o apoio oferecido pelos órgãos responsáveis e os principais desafios enfrentados no

processo de adesão. A seguir, as respostas serão apresentadas por extenso, divididas pelas principais questões abordadas no questionário.

Pergunta 1: Em sua opinião, o que poderia ser feito para incentivar uma maior adesão ao Selo SIM por parte dos produtores rurais da região?

Essa questão tinha como objetivo entender quais ações, na visão dos próprios produtores, poderiam ajudar a aumentar o número de adesões ao Selo SIM. As respostas foram variadas, mas a maioria apontou para a necessidade de maior divulgação e assistência técnica. Abaixo, estão as respostas completas fornecidas pelos entrevistados:

- 1º. Produtor : "Maior divulgação."
- 2º. Produtor : "Acredito que a adesão poderia aumentar com a cobrança da vigilância sanitária, que incentiva o cumprimento das exigências."
- 3º. Produtor : "Mais divulgação para que os produtores saibam o que é o Selo SIM e como podem obter."
- 4º. Produtor : "Buscar os pequenos produtores, oferecer ajuda e apoio técnico para que eles consigam obter o selo."
- 5º. Produtor : "Maior assistência e apoio por parte dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Muitas vezes não sabemos a quem recorrer."
- 6º. Produtor : "Falta divulgação, muitas vezes nem sabemos que existe esse selo ou como ele funciona."
- 7º. Produtor : "Mais apoio e divulgação por parte do governo. Nós, pequenos produtores, não temos muitas informações."
- 8º. Produtor : "As informações precisam ser mais claras. Não sabemos exatamente o que precisamos fazer para conseguir o selo."
- 9º. Produtor : "Não sei."
- 10º. Produtor : "Prefiro não responder."
- 11º. Produtor : "Divulgar mais entre os produtores, principalmente os pequenos."

Pergunta 2: Há alguma outra informação que você gostaria de compartilhar sobre o uso do SIM em Planaltina de Goiás?

Essa questão tinha o intuito de permitir que os produtores compartilhassem outras considerações sobre o uso do SIM na região. A maioria dos entrevistados optou por não acrescentar novas informações, porém algumas respostas indicaram a necessidade de um entendimento mais profundo sobre o serviço:

- 1º. Produtor : "Não."
- 2º. Produtor : "Não!"
- 3º. Produtor : "Não."
- 4º. Produtor : "Nós gostaríamos de saber mais a fundo para que possamos entender como aderir ao selo e o que é exigido de nós."

Pergunta 3: Qual é a sua faixa etária?

O objetivo desta questão foi entender a faixa etária dos produtores entrevistados, já que isso pode influenciar diretamente suas percepções sobre o Selo SIM, bem como sua disposição em adotar novas regulamentações e práticas. As respostas obtidas foram as seguintes:

- 1º. Produtor : "18 a 30 anos."
- 2º. Produtor : "31 a 50 anos."
- 3º. Produtor : "31 a 50 anos."
- 4º. Produtor : "31 a 50 anos."
- 5º. Produtor : "31 a 50 anos."
- 6º. Produtor : "Acima de 50 anos."

- 7°. Produtor : "31 a 50 anos."
- 8°. Produtor : "Acima de 50 anos."
- 9°. Produtor : "18 a 30 anos."
- 10°. Produtor : "18 a 30 anos."

A maioria dos entrevistados está na faixa etária de **31 a 50 anos** (50% dos que responderam as perguntas), o que indica que a população produtora da região é composta majoritariamente por indivíduos em idade ativa e com experiência no setor rural. Já **30%** dos entrevistados estão na faixa de **18 a 30 anos**, indicando um grupo mais jovem, com possível maior receptividade à modernização e novas regulamentações. Por fim, **20%** estão **acima de 50 anos**, o que pode indicar uma tendência a resistir mais às mudanças ou a ter mais dificuldades em implementar novas exigências.

Pergunta 4: Como você classifica o seu conhecimento sobre o Selo SIM? (alto, médio ou baixo)

Esta pergunta buscava avaliar o nível de conhecimento dos produtores sobre o Selo SIM, um ponto crucial para entender a adesão e os obstáculos encontrados. As respostas foram classificadas da seguinte maneira:

- 1°. Produtor : "Baixo."
- 2°. Produtor : "Médio."
- 3°. Produtor : "Médio."
- 4°. Produtor : "Baixo."
- 5°. Produtor : "Médio."
- 6°. Produtor : "Baixo."
- 7°. Produtor : "Médio."
- 8°. Produtor : "Baixo."
- 9°. Produtor : "Médio."
- 10°. Produtor : "Baixo."

Os dados indicam que **60%** dos produtores consideram seu conhecimento sobre o Selo SIM **baixo**, enquanto **40%** acreditam ter um **conhecimento médio**. Não houve respostas classificando o conhecimento como alto, o que sugere uma significativa falta de familiaridade com o funcionamento e os benefícios do SIM, reforçando a necessidade de mais campanhas educativas e de conscientização.

Pergunta 5: Você já recebeu algum tipo de apoio técnico ou informação de órgãos públicos sobre como aderir ao SIM?

Com esta questão, o objetivo foi verificar se os produtores já haviam recebido assistência técnica ou informações por parte dos órgãos responsáveis, o que poderia facilitar a adesão ao Selo SIM. As respostas foram as seguintes:

- 1°. Produtor : "Não."
- 2°. Produtor : "Sim, mas foi muito vago e não soube por onde começar."
- 3°. Produtor : "Não."
- 4°. Produtor : "Não, nunca recebi nenhum tipo de apoio."
- 5°. Produtor : "Sim, mas pouca coisa."
- 6°. Produtor : "Não."
- 7°. Produtor : Produtor : "Não, não sei nem onde procurar essas informações."
- 8°. Produtor : "Sim, mas foi há muito tempo e não fiquei sabendo de mais nada depois disso."
- 9°. Produtor : "Não."
- 10°. Produtor : "Não."

Os dados revelam que **70%** dos entrevistados nunca receberam **nenhum tipo de apoio técnico** ou **informações claras** sobre como aderir ao Selo SIM. Apenas **30%** relataram ter recebido algum tipo de orientação, embora em todos os casos essa assistência tenha sido

considerada **insuficiente** ou **vaga**. Isso reforça a percepção de que os órgãos públicos ainda não estão atuando de maneira eficiente no apoio aos pequenos produtores da região, o que poderia estar diretamente relacionado à baixa adesão ao selo.

Pergunta 6: Na sua opinião, quais são os principais desafios para obter o Selo SIM? (Aberto)

Essa pergunta buscava identificar os principais desafios que os produtores enfrentam no processo de obtenção do Selo SIM. As respostas mostraram uma variedade de obstáculos, desde a falta de conhecimento até questões burocráticas. Abaixo estão as respostas por extenso:

- 1º. Produtor : "Falta de informação. Não sabemos por onde começar."
- 2º. Produtor : "As exigências são muitas e, às vezes, complicadas para quem não tem experiência."
- 3º. Produtor : "A burocracia, sem dúvida. É muito difícil conseguir cumprir todas as exigências."
- 4º. Produtor : "Não temos o apoio necessário para fazer as mudanças que eles pedem."
- 5º. Produtor : "Falta de dinheiro para investir nas mudanças necessárias."
- 6º. Produtor : "Não sei o que é preciso fazer. Não tem informação clara."
- 7º. Produtor : "Os custos para adequar a produção às exigências sanitárias."
- 8º. Produtor : "Precisa de mais orientação, é muito complicado fazer tudo sozinho."
- 9º. Produtor : "Não sei. Nunca procurei por isso."
- 10º. Produtor : "Os pequenos produtores não têm condições de arcar com as mudanças."

As respostas apontam para três principais desafios enfrentados pelos produtores: **falta de informações claras** (40%), **burocracia excessiva** (30%) e **custos elevados para adaptação** (30%). Esses fatores indicam que o processo de adesão ao Selo SIM ainda não está acessível à maioria dos produtores da região, especialmente para os pequenos produtores, que são os mais impactados pela falta de recursos e apoio.

Essas transcrições das respostas ajudam a contextualizar as principais dificuldades e percepções dos produtores rurais de Planaltina de Goiás em relação ao Selo SIM. As respostas por extenso mostram a necessidade urgente de ações mais eficazes dos órgãos públicos, tanto no fornecimento de informações quanto no apoio técnico e financeiro aos pequenos produtores. A partir desses dados, recomenda-se que sejam implementadas campanhas de conscientização e programas de assistência para que o SIM possa cumprir seu papel de maneira eficiente na região.

5.2 Análise das Entrevistas sobre a Adesão ao Selo SIM em Planaltina de Goiás

As entrevistas com os produtores rurais de Planaltina de Goiás visam compreender os desafios e as motivações para a adesão ao Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Esse selo é uma certificação importante para garantir a qualidade dos produtos de origem animal, permitindo que sejam comercializados de forma regular. Entretanto, as respostas revelam que muitos produtores ainda não aderiram ao SIM, seja por falta de informações, assistência ou devido à complexidade do processo. Esta análise explora as razões para essa baixa adesão e propõe soluções com base nos dados coletados.

5.3 Perfil dos Entrevistados: Faixa Etária

O questionário foi aplicado a produtores rurais de diferentes faixas etárias, o que influencia diretamente a percepção e a adesão ao Selo SIM. As faixas etárias dos participantes foram divididas em três grupos principais:

- **18 a 30 anos:** 30% dos entrevistados.

- **31 a 50 anos:** 50% dos entrevistados.
- **Acima de 50 anos:** 20% dos entrevistados.

É importante observar que a maior parte dos entrevistados se encontra na faixa etária de **31 a 50 anos**. Esse grupo é o mais ativo economicamente na produção rural, o que pode influenciar a busca por regularização, embora muitos ainda relatem dificuldades no processo de adesão ao SIM.

5.4 Principais Resultados

As respostas coletadas foram categorizadas em diferentes temas que ajudam a identificar os principais obstáculos e sugestões para aumentar a adesão ao SIM. Os resultados são apresentados a seguir:

1. Falta de Divulgação (55%)

A principal barreira identificada pelos produtores é a **falta de divulgação**. Mais da metade dos entrevistados (55%) destacou que há pouca ou nenhuma informação disponível sobre o que é o Selo SIM, seus benefícios e como aderir ao serviço. Isso é um indicativo claro de que a comunicação entre os órgãos reguladores e os produtores rurais precisa ser reforçada.

2. Assistência e Apoio Técnico Insuficiente (30%)

Outro fator destacado por **30% dos entrevistados** foi a falta de **apoio e assistência técnica**. Muitos produtores relataram que, além de não terem informações suficientes, não recebem o suporte necessário para adaptar suas operações às exigências do SIM. Essa falta de assistência pode estar relacionada à falta de recursos, especialmente entre os pequenos produtores, que muitas vezes não possuem a estrutura necessária para atender aos requisitos do selo.

3. Exigências Burocráticas (10%)

Cerca de **10% dos entrevistados** mencionaram que a **burocracia** e as exigências da vigilância sanitária são fatores que desestimulam a adesão. Para esses produtores, o SIM representa mais um obstáculo burocrático, o que sugere que o processo de obtenção do selo poderia ser simplificado ou que mais apoio técnico poderia ser oferecido.

4. Desinteresse ou Falta de Conhecimento (5%)

Por fim, **5% dos entrevistados** afirmaram não saber ou preferiram não responder sobre o Selo SIM. Esse pequeno grupo reflete a **falta de familiaridade** com o serviço, evidenciando a necessidade de mais ações educativas para engajar esse público.

Análise por Faixa Etária

A análise das respostas por faixa etária revela diferenças sutis na forma como os produtores percebem o SIM:

- **Produtores de 18 a 30 anos (30%):** Esse grupo é mais aberto a mudanças e geralmente tem maior disposição para aprender e se adaptar a novas regulamentações. No entanto, eles também relataram que falta clareza nas informações e apoio técnico, o que dificulta a adesão. A ausência de incentivos claros pode ser um obstáculo adicional.
- **Produtores de 31 a 50 anos (50%):** Esse grupo representa a maioria dos entrevistados e também expressou frustração com a falta de apoio técnico. Embora estejam cientes da importância do SIM, eles mencionaram que a **burocracia** e as **exigências técnicas** tornam o processo complicado. Esse grupo, geralmente mais ocupado com suas atividades produtivas, precisa de informações claras e de fácil acesso, além de apoio contínuo.
- **Produtores acima de 50 anos (20%):** Os produtores dessa faixa etária tendem a resistir mais às mudanças. Eles percebem o SIM como uma imposição burocrática e, por vezes, desnecessária. A resistência pode ser superada com abordagens mais personalizadas, incluindo visitas técnicas e workshops que expliquem os benefícios do selo e o processo de adesão de forma simples e prática.

5.5 Sugestões dos Produtores

Ao longo das entrevistas, os produtores também sugeriram várias medidas que poderiam ser implementadas para melhorar a adesão ao Selo SIM:

- **Maior Divulgação (55%):** Mais da metade dos entrevistados mencionou a necessidade de **campanhas de divulgação** mais intensivas e direcionadas. Eles sugeriram o uso de meios de comunicação locais, como rádio e redes sociais, além da participação em feiras e eventos rurais para explicar os benefícios do SIM.
- **Apoio Técnico e Financeiro (30%):** A criação de programas de apoio técnico, como consultorias e orientações práticas, foi vista como uma solução importante. Além disso, subsídios ou financiamentos poderiam ser oferecidos para facilitar a adaptação às exigências do selo, especialmente para pequenos produtores que não dispõem de recursos.
- **Simplificação do Processo (10%):** Para alguns entrevistados, o processo de obtenção do SIM é muito complexo. Eles sugeriram que a redução da burocracia e a simplificação das exigências ajudariam a aumentar a adesão.
-

6 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada junto aos produtores rurais de Planaltina de Goiás revela uma série de obstáculos para a adesão ao Selo SIM, sendo os principais a falta de divulgação, a ausência de apoio técnico e as dificuldades impostas pelas exigências sanitárias. Com base nas respostas, é evidente que a maioria dos produtores reconhece a importância do SIM, mas enfrenta dificuldades práticas para aderir ao selo.

A faixa etária também desempenha um papel importante, influenciando o nível de resistência ou aceitação das mudanças. Os produtores mais jovens estão mais dispostos a adotar novas regulamentações, enquanto os mais velhos tendem a ser mais resistentes. Entretanto, com as estratégias certas de comunicação e apoio, é possível aumentar significativamente a adesão ao Selo SIM em todas as faixas etárias.

7 RECOMENDAÇÕES FINAIS

1. **Intensificar Campanhas de Divulgação:** Criar materiais informativos acessíveis e promover eventos educativos para esclarecer as vantagens do SIM.
2. **Oferecer Assistência Técnica e Financeira:** Desenvolver programas que ajudem os pequenos produtores a cumprir as exigências do selo, com apoio técnico e, se possível, subsídios financeiros.
3. **Simplificar o Processo Burocrático:** Revisar as exigências e o processo de adesão para torná-lo mais ágil e menos burocrático, garantindo que seja acessível a todos os produtores, independentemente do porte da produção.

Com essas medidas, será possível aumentar a adesão ao Selo SIM, melhorando a qualidade dos produtos de origem animal em Planaltina de Goiás e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

8 METODOLOGIA

A metodologia adotada para este estudo é qualitativa, visando compreender a percepção dos produtores da região de Planaltina-GO sobre o uso do Selo SIM (Serviço de Inspeção Municipal) para produtos de origem animal.

A amostra será composta por produtores rurais de Planaltina-GO que possuam experiência na produção de produtos de origem animal. A técnica de amostragem utilizada será não probabilística por conveniência, selecionando os participantes com base em sua disponibilidade e acessibilidade.

Para coletar dados, serão conduzidas entrevistas semiestruturadas com os produtores selecionados. Essa abordagem permitirá uma exploração detalhada das percepções, experiências e opiniões dos participantes em relação ao uso do Selo SIM. Um roteiro de entrevista semiestruturado será desenvolvido com base nos objetivos específicos do estudo, incluindo questões abertas que permitirão aos participantes expressar livremente suas opiniões e experiências.

O procedimento envolverá a abordagem dos participantes, explicando os objetivos e procedimentos do estudo e convidando-os a participar. As entrevistas serão agendadas e conduzidas em locais e horários convenientes para os participantes, proporcionando um ambiente confortável e propício para a comunicação.

Os dados coletados serão submetidos a uma análise de conteúdo. As entrevistas serão transcritas na íntegra e analisadas para identificar temas, padrões e insights relevantes relacionados à percepção dos produtores sobre o uso do Selo SIM. Os dados serão organizados em categorias e subcategorias com base nos principais temas emergentes identificados durante a análise.

As considerações éticas incluirão a obtenção do consentimento informado de todos os participantes antes da realização das entrevistas, garantindo-lhes a liberdade de participação e protegendo sua privacidade e confidencialidade.

O resultado final será um relatório detalhado do estudo, documentando a metodologia utilizada, os resultados da análise de dados e as conclusões do estudo. Este relatório será submetido como parte integrante do trabalho de pesquisa.

9 Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo investigar a percepção dos produtores rurais de Planaltina de Goiás sobre o uso do Selo de Inspeção Municipal (SIM) para produtos de origem animal. A pesquisa abordou tanto a relevância do selo para garantir a qualidade e segurança dos alimentos quanto os desafios enfrentados pelos produtores para a sua implementação.

A partir da revisão bibliográfica, foi possível entender que a inspeção sanitária desempenha um papel crucial no controle de qualidade dos produtos de origem animal, garantindo que eles atendam aos padrões sanitários estabelecidos pelos órgãos reguladores. Como apontam Garvin (1987), a qualidade é um fator estratégico para a competitividade de qualquer produto, especialmente os de origem animal, que requerem uma vigilância constante para evitar riscos à saúde pública.

As entrevistas realizadas com os produtores revelaram que a adesão ao SIM ainda enfrenta grandes obstáculos. O estudo identificou que a falta de divulgação é o principal desafio, mencionado por 55% dos entrevistados. Muitos produtores desconhecem os benefícios e os requisitos para obter o selo, o que indica a necessidade de campanhas mais abrangentes e direcionadas, especialmente para os pequenos produtores. Além disso, 30% dos entrevistados relataram a falta de assistência técnica e financeira como um fator limitante, evidenciando a importância de um maior suporte dos órgãos públicos para que os produtores consigam se adequar às exigências sanitárias, conforme também observado por Pereira e Almeida (2019).

Outro aspecto relevante é a burocracia envolvida no processo de obtenção do SIM, mencionada por 10% dos produtores. A simplificação desse processo pode ser uma estratégia eficiente para aumentar a adesão ao selo e garantir que os produtos de origem animal sejam comercializados de forma legal e segura. Essa questão burocrática é comum em políticas públicas voltadas para a regulamentação agropecuária, como discute a legislação brasileira sobre inspeção sanitária (BRASIL, 1989).

A pesquisa também evidenciou que a faixa etária dos produtores tem influência sobre sua percepção do SIM. Produtores mais jovens, entre 18 e 30 anos (30%), mostraram-se mais receptivos às novas regulamentações, enquanto os produtores mais velhos, acima de 50 anos (20%), tendem a ser mais resistentes às mudanças. Esse dado reforça a importância de se adaptarem estratégias de divulgação e apoio técnico de acordo com o perfil etário dos produtores, como sugerem estudos sobre a aceitação de inovações no setor agropecuário (SILVA et al., 2020).

Em termos metodológicos, a abordagem qualitativa utilizada foi eficaz para captar as percepções e experiências dos produtores, permitindo uma análise detalhada das principais dificuldades e sugestões de melhoria. A técnica de entrevistas semiestruturadas foi essencial para garantir que os produtores pudessem expressar suas preocupações de maneira livre,

conforme recomendado por especialistas em pesquisa qualitativa (PEREIRA & ALMEIDA, 2019).

Limitações da pesquisa incluem a amostra limitada de produtores entrevistados, que pode não representar toda a diversidade de percepções e experiências da região. Além disso, o foco no município de Planaltina de Goiás pode limitar a generalização dos resultados para outras regiões do país.

Perspectivas futuras incluem a recomendação de mais estudos que aprofundem a análise sobre as barreiras à adesão ao SIM, especialmente em relação à viabilidade econômica para os pequenos produtores. Também seria interessante explorar como políticas públicas locais podem ser aprimoradas para apoiar a implementação do selo e facilitar o acesso dos produtores aos mercados institucionais.

Por fim, conclui-se que, para aumentar a adesão ao SIM e melhorar a qualidade dos produtos de origem animal em Planaltina de Goiás, é essencial que os órgãos públicos, produtores e demais atores da cadeia agropecuária trabalhem em conjunto. Campanhas de conscientização, apoio técnico e financeiro e a simplificação do processo burocrático são fundamentais para garantir que o SIM cumpra seu papel de promover a segurança alimentar e o desenvolvimento econômico sustentável da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Garvin, D. A. (1987). Competing on the Eight Dimensions of Quality. Harvard Business Review. Acesso em: 31 ago. 2024.

Pereira, F. M., & Almeida, R. T. (2019). A importância da inspeção sanitária em produtos de origem animal. Revista de Saúde Pública. Acesso em: 31 ago. 2024.

Silva, J. R., Oliveira, A. P., & Santos, L. G. (2020). Panorama da produção agropecuária em Planaltina-GO. Boletim Agropecuário. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 dez. 1950. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 7.889, de 23 de novembro de 1989. Altera a Lei n.º 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 1989. Acesso em: 31 ago. 2024.

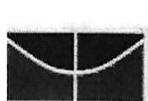
BRASIL. Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política agrícola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jan. 1991. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.712, de 20 de novembro de 1998. Altera a Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 nov. 1998. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 5.741, de 30 de março de 2006. Dispõe sobre a organização do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2006. Acesso em: 31 ago. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 9.013, de 29 de março de 2017. Regulamenta a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 2017. Acesso em: 31 ago. 2024.

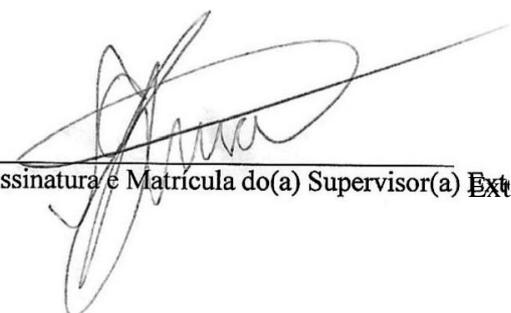
BRASIL. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 21 dez. 1950. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11283.htm. Acesso em: 31 ago. 2024.

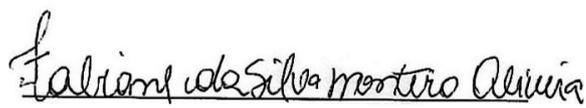


Universidade de Brasília Faculdade UnB Planaltina

Termo de Conclusão do Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório

Informo que o(a) discente Fabiane da Silva Monteiro Oliveira, de matrícula 200037161, apresentou o trabalho de conclusão do relatório de estágio supervisionado obrigatório, do curso Bacharelado em Gestão do Agronegócio.


Assinatura e Matrícula do(a) Supervisor(a) Externo


Assinatura do(a) Estagiário(a)

Faculdade UnB Planaltina — Campus Planaltina — Área Universitária n. 1 — Vila Nossa Senhora de Fátima, Planaltina — DF. CEP: 73.345-010, Telefones: 3107-8205/31070204. E-mail: secgadmfunb@unb.br